



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 1      |

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 51ª  
(QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 12 DE JUNHO DE 2012**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Cristiano Araújo a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 49ª Sessão Ordinária;
- Ata da 50ª Sessão Ordinária;
- Ata da 10ª Sessão Extraordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 2      |

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos os Parlamentares aqui presentes. Boa tarde, senhoras e senhores. Lembro que hoje é o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, que infelizmente ainda é uma chaga que assola as nossas crianças e retira das crianças o direito de ser apenas criança, garantindo a elas aquilo que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura como direitos.

Nesse sentido, acabou de ser lida a apresentação de um projeto de lei de minha autoria que dispõe sobre a inclusão de cláusula de proibição do uso de mão de obra infantil nos contratos de aquisição de bens e serviços pelo Distrito Federal. É um projeto para o qual eu espero apoio de todos os Deputados.

Sr. Presidente, eu quero fazer um comunicado solicitado pelo Administrador Regional do Paranoá, nosso companheiro Carlos Antoneto de Souza Lima, que convida todos os Parlamentares desta Casa para hoje, às 19h30min, no auditório da Administração Regional do Paranoá, participarem de uma audiência pública para discutir a construção de ciclovias na cidade do Paranoá.

Esse convite tem a ver com um debate que há duas semanas foi feito nesta Casa por vários Parlamentares, dando conta das dificuldades e da contradição que existe hoje de interesses na construção das ciclovias no Paranoá. Enquanto um grupo de entidades vinculadas à juventude deseja a ciclovia da forma como ela foi projetada, alguns comerciantes são contra, e evidentemente o objetivo dessa audiência pública é exatamente ouvir a maioria da população e fazer toda a negociação necessária para contemplar o interesse da maioria da sociedade. Espero que essa audiência pública seja bem-sucedida.

Da mesma forma, foi falado aqui a respeito de uma emenda para a feira. O Administrador explica que o local onde é hoje a feira permanente é destinado oficialmente pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação para a instalação de um centro de ensino fundamental. Por isso, há necessidade da busca de um novo espaço para que a feira seja instalada. Ao mesmo tempo, ele explica que já foram executadas emendas de quatorze Parlamentares que destinaram recursos à cidade e esclarece que a doação de bicicletas aqui mencionada é um projeto da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal que se chama Caminho da Escola. Fazemos esses esclarecimentos e acho importante, para que o nosso Administrador possa realizar uma bem-sucedida audiência pública.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero também, neste momento, dizer a V.Exa. da importância que teve para o Governo do Distrito Federal a aprovação que ocorreu na última semana de diversos projetos de lei que diziam respeito a pagamento de salários, a suplementação orçamentária para diversas obras, como também recebi por parte de diversos Procuradores da Procuradoria-Geral o



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 3      |

agradecimento a esta Casa pela aprovação do nome do novo Procurador-Geral do Distrito Federal.

Sr. Presidente, são esses os comunicados que eu gostaria de fazer na condição de Vice-Líder do Bloco PT/PRB.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos fazendo a discussão do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 e estou distribuindo, Deputada Arlete Sampaio, um CD com o parecer preliminar, que é um parecer que faz uma análise sobre as contas, sobre a economia do Distrito Federal e, ao mesmo tempo, indica algumas sugestões para que o Poder Executivo possa complementar as informações vindas no projeto que é, na realidade, uma espécie de regulamento para a elaboração orçamentária ou para a Lei Orçamentária para 2013.

Nós marcamos uma audiência com a área de governo, para explicar o projeto mais detalhadamente e tirar algumas dúvidas, para amanhã, às 10h da manhã. Mas como depois foi marcado o depoimento na CPI do Governador Agnelo, nós estamos transferindo essa audiência de amanhã para o dia 20, porque houve a solicitação de vários Deputados que vão comparecer amanhã pela manhã, na sala da CPI, em solidariedade ao Governador, para dar apoio a S.Exa. Também algumas das áreas do governo provavelmente estarão de prontidão durante esse depoimento, que é longo e dura o dia todo, como a Secretaria de Planejamento e a de Fazenda. Têm que estar de plantão porque, às vezes, o Governador precisa de alguma informação. Aqueles técnicos, as pessoas que conhecem a área têm de estar preparados para responder imediatamente.

As informações, nesse contexto do depoimento do Governador Agnelo no Congresso Nacional, são positivas. Nós temos acompanhado as informações sobre o depoimento do Marconi Perillo, Governador de Goiás, que em princípio, pelas informações e pelo bombardeio da mídia, poderia ser um desastre, e ele está se saindo muito bem. A informação que chega do Congresso é a de que ele está se saindo muito bem, o que sinaliza que no caso do Governador Agnelo, em que os problemas são identificados, e muitos são forção de barra, porque se faz um raciocínio por dedução – porque alguém falou, e se alguém falou... Então, vai-se fazendo uma série de deduções para se chegar ao Governo Agnelo.

Eu acho que o Governador Agnelo está preparado suficientemente para sair amanhã dessa CPI. Também espero que se possa virar uma página, Deputado Prof. Israel Batista, porque nós estamos aqui há um ano e cinco meses, caminhando para



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 4      |

um ano e seis meses da posse, e a sensação é a de que estamos andando numa esteira, em que se caminha o tempo todo e não se sai do lugar. Eu acho que o extremo de uma acusação, dessa fase de críticas feitas ao Governador Agnelo, exatamente o ponto de virada, é essa CPI. Se ele for amanhã lá, se se sair bem, responder a todas as questões, acabou. Há que se virar essa página.

Nós temos um orçamento de 2012 bom, um orçamento de 2013 com Copa das Confederações, com recursos. Nós temos exatamente, Presidente Patrício e Líder, Wasny, que aproveitar esse *day after*, o dia de amanhã, e começar a colocar o governo realmente para virar a página desse denunciamento, começar a trabalhar. Está certo? Nada pior pode acontecer ao Governador Agnelo do que a convocação para uma CPI do Congresso Nacional, com a mídia nacional batendo e virando pelo avesso tudo o que aconteceu durante esse período todo.

Então, se o Governador Agnelo se sair bem amanhã, e a expectativa nossa é que ele se saia bem amanhã, viremos essa página. Não dá mais ibope falar de qualquer problema que venha a ser vinculado ao Cachoeira ou à Anvisa ou a qualquer outra coisa. Há que se esquecer disso, Deputada Arlete Sampaio, e se retomar as rédeas deste governo, para que a população possa ver as obras, possa ver o desenvolvimento humano no que diz respeito ao problema de treinamento para a Copa do Mundo.

Nós estamos fazendo uma audiência para termos um diagnóstico da infraestrutura da Copa. Nós só temos visibilidade do estádio, nós não temos visibilidade do andamento da infraestrutura hoteleira, do VLP, de toda essa infraestrutura de Copa. Nós precisamos ouvir as pessoas que estão à frente para podermos ter uma noção exata do que vai acontecer. No aeroporto, atualmente, você passa vinte, trinta minutos parado dentro do avião, esperando o estacionamento de uma aeronave, sem ter Copa do Mundo, em plena terça-feira. Não podemos estar preparados dessa maneira. Como houve a privatização do aeroporto, então há que se saber qual é o plano de expansão desse aeroporto, que cronograma existe para que isso possa acontecer.

E a oportunidade é esta audiência que vamos ter agora, na quinta-feira, Deputado Wasny de Roure, às 10h da manhã. Esperamos que venham as pessoas responsáveis para dar essas respostas, para fazer – como falta um período de tempo razoável – as correções ou dar celeridade a uma série de programas. A sensação que nós temos é a de que estamos atrasados. Estamos adiantados no estádio, é verdade, mas nos outros benefícios... A Copa do Mundo é uma oportunidade que a população de Brasília tem de colher resultados para o futuro. Não é o simples fato de haver o evento da Copa do Mundo, com dias contados, e o evento da Copa das Confederações que vai trazer esse benefício. A infraestrutura em decorrência da Copa do Mundo, isso é o que acontece em todos os países, é que vai ser o grande benefício para a população.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 5      |

Então estamos nessa expectativa. A primeira expectativa diz respeito a esclarecimentos por parte do governo, de maneira analítica, de todo o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013. Uma série de indagações, de questionamentos já foram encaminhados. Temos o Willemann, que tem feito esse papel, e muito bem, de trazer os esclarecimentos. Normalmente, Deputada Arlete Sampaio, os projetos de governo vêm de maneira muito sucinta, a justificativa vem sucinta, parte-se da premissa de que todo mundo é economista, todo mundo entende de planejamento e economia. Assim, temos algumas dificuldades de explicar detalhadamente para os demais membros, e temos retornado alguns projetos de lei ao Executivo para que melhore a justificativa, apresente a justificativa de maneira mais detalhada, a fim de facilitar até o trabalho nosso, não só na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, como nas demais comissões que temos aqui.

Existe esta série de eventos, e é de fundamental importância que eles aconteçam até o final do mês – a aprovação desse parecer e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nós só podemos entrar de recesso depois de aprovarmos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, por isso existe um cronograma definido. O governo tem também aqui, no Deputado Olair Francisco, no Deputado Prof. Israel Batista e em outros colegas nossos, o papel fundamental, que é a Comissão da Copa.

Eu gostaria de fazer um convite especial a vocês, para que participem dessa audiência pública. Porque vocês podem inclusive trazer informações que os demais colegas não têm, como um diagnóstico da infraestrutura, do que se está fazendo para a Copa do Mundo de 2014. O marco dos nossos resultados é exatamente a Copa das Confederações, que começa 15 de junho do ano que vem. Ou seja, é exatamente daqui a um ano.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, essas são as informações que eu gostaria de prestar nesta tarde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há duas questões de ordem. A primeira, sobre a questão de ordem da semana passada, em relação a regimento interno. Eu gostaria de esclarecimentos, se V.Exa. já tem esse parecer em suas mãos. A outra questão de ordem é que infelizmente ontem, nós que somos da Comissão Especial da Copa do Mundo, perdemos um cidadão na nossa obra do estádio. Eu queria pedir a V.Exa. que permitisse um minuto de silêncio em memória desse cidadão que tanto trabalhou por Brasília.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 6      |

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Quanto à primeira questão de ordem de V.Exa., a questão da CCJ, em que o Deputado Chico Leite quer passar para o Vice-Presidente a possibilidade de dar o voto de minerva, o Regimento Interno não entende isso, é o contrário. O voto de minerva compete ao Presidente. Já foi elaborado um parecer pela Procuradoria da Casa, vai ser submetido à Mesa Diretora. Na verdade, essas questões de ordem vão à CCJ. Mas como a CCJ é o órgão que está sendo questionado, é a Mesa Diretora a instância que vai acatar ou não a questão de ordem de V.Exa. Então, na próxima reunião da Mesa nós vamos decidir.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Que vai garantir o Regimento. Não é, Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Nós temos um procedimento de sempre garantir o Regimento, a Lei Orgânica e a Constituição Federal. Vamos seguir aquilo que está no parecer do Procurador da Casa, mas é a Mesa que vai decidir, e cada Parlamentar decide de acordo com a sua consciência, com o seu entendimento.

Quanto à segunda questão de ordem, sobre o falecimento do trabalhador na obra do Estádio Nacional, nas obras da Copa do Mundo, V.Exa. tem o nome do trabalhador?

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – V.Exa. poderia solicitá-lo à sua assessoria, para que fizéssemos uma moção em homenagem ao trabalhador e à sua família.

Solicito ao Plenário que faça silêncio, para que possamos prestar homenagem ao trabalhador durante um minuto.

(O Plenário observa um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Olair Francisco, solicito a V.Exa. que providencie, junto a sua Assessoria, o nome do trabalhador que faleceu em acidente de trabalho na obra do Estádio Nacional. Também é importante que a Comissão de que V.Exa. é Presidente tome conhecimento de como aconteceu o acidente, inclusive fazendo contato com os órgãos de segurança responsáveis pela investigação.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa Comissão já está acompanhando o caso do trabalhador que faleceu. O nome dele é José Afonso de Oliveira. Mas a minha questão de ordem é outra.





| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 7      |

Sr. Presidente, foi protocolado, em 24 de abril de 2012, o Requerimento nº 1.404, de 2012, com o objetivo de instaurar uma comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar o suposto acesso e/ou utilização indevida de dados e a violação do sigilo das comunicações ambientais, telefônicas e telemáticas de autoridades, servidores públicos, jornalistas e demais pessoas físicas e jurídicas no âmbito do Distrito Federal, denominada CPI da Arapongagem, conforme amplamente divulgado na imprensa local e nacional, sobretudo na edição nº 2.265 da revista *Veja* e na edição nº 2.214 da revista *Isto É*, ambas veiculadas em abril de 2012.

Ocorre, Sr. Presidente, que estava agendada para o dia 6 de junho de 2012 a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da CPI da Arapongagem, o que, por si só, daria por instalada a referida CPI. Sr. Presidente, naquela reunião não houve quórum para a referida instalação da CPI. Entretanto, conforme Ato do Presidente nº 271, publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 93, de 29 de maio de 2012, o prazo decadencial para a instalação da CPI, nos termos do art. 54 do Regimento Interno, ocorrerá no dia 13 de junho de 2012, ou seja, amanhã.

Diante dessa explanação, apresento questão de ordem acerca de dúvida constitucional, regimental e jurídica, conforme segue: primeiro, se durante o prazo regimental para instalação da CPI, que nos termos do art. 54 do Regimento Interno, encerra-se no dia 13 de junho de 2012, ou seja, amanhã, pode ser convocada novamente a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da CPI? Caso a resposta seja positiva, que seja convocada, imediatamente ou logo que haja quórum, a referida eleição.

Segundo: entretanto, caso se mantenha o desinteresse dos membros indicados em participar da CPI da Arapongagem, que V.Exa. possa franquear a qualquer outro Parlamentar desta Casa a possibilidade de se inscrever como membro da referida CPI, independentemente da proporcionalidade parlamentar, para que o direito constitucional das minorias desta Casa de investigar os interesses contrários da maioria possa ser preservado, de forma que haja uma ponderação de interesses no sentido de preservar o direito de se realizar investigação parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Celina Leão, V.Exa. também sabe que sou cumpridor do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, da Lei Orgânica e da Constituição Federal. Não é a primeira vez que V.Exa. faz questão de ordem quanto à questão de comissão parlamentar de inquérito. Já tivemos, no ano passado, outras comissões, como a do DFTrans, da Saúde e a que foi viabilizada e chegou a sua conclusão final com o relatório, que foi a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pró-DF.

No tocante à proposta da Comissão Parlamentar de Inquérito da Arapongagem, é bom deixar claro que, no Regimento Interno, a previsão para a sua constituição é de dez dias. Qualquer membro da Comissão, na verdade, está previsto no Regimento Interno da Câmara Legislativa que o mais velho pode fazer a chamada



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 8      |

para a realização da eleição do Presidente e do Vice-Presidente. O que o Presidente da Casa faz é convocar a eleição em um dia e em uma hora determinada, para que possa haver a constituição da comissão parlamentar de inquérito, o que foi feito no dia 6, na quarta-feira. Isso se deu para que os membros pudessem vir, os titulares ou os suplentes, e pudéssemos fazer a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, conforme prevê o Regimento Interno.

Nesse dia, como ocorreu na CPI da Saúde, inclusive – V.Exa. dispõe de um novo recurso e disse até que poderia entrar na justiça –, V.Exa. foi chamada para que pudéssemos realizar a eleição, e nem os titulares nem os suplentes vieram. A única Deputada presente foi V.Exa., que é titular, e a Deputada Eliana, que é suplente. Eu presidi a sessão, para que a Comissão fosse instalada. Então, os ritos do Regimento Interno, da Lei Orgânica e da Constituição Federal foram cumpridos.

Não tenho outra saída, não tenho o que fazer a não ser indeferir a questão de ordem de V.Exa., que, como Parlamentar, para garantir os direitos da minoria, pode tomar a atitude que bem entender. É um direito de V.Exa., na atividade parlamentar. Pode ficar à vontade para tomar qualquer decisão. Agora, preciso cumprir e vou cumprir, como Presidente da Casa, o Regimento Interno da Câmara Legislativa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para ficar bem clara a resposta a minha questão de ordem: o senhor indefere tanto a primeira quanto a segunda questão de ordem?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Celina Leão, não tenho como deferir a segunda solicitação de indicação de quem quer que seja, se a primeira já me impede de fazer isso. O artigo é muito claro. São dez dias para a sua constituição. Se os membros da comissão parlamentar de inquérito não se reuniram para constituí-la, o Presidente convoca a eleição. Houve a convocação, mas os dez dias de prazo expiraram. Está no Regimento Interno da Câmara Legislativa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, segundo o próprio Regimento Interno, o prazo realmente acabaria amanhã. Como temos membros aqui que estão elencados para participarem da CPI, faço novamente uma questão de ordem e indago se poderíamos realizar a eleição com os membros que estão presentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Celina Leão, não. É questão de interpretação. O prazo da CPI não acaba amanhã, no dia 13. São dez dias para a constituição da CPI. Os dez dias para a constituição da comissão parlamentar de inquérito venceram. Então, o Presidente da Casa, já que os membros não o chamaram, convocou a reunião para o dia 6, às 15 horas, no plenário. Os membros titulares e os suplentes não compareceram. Os dez dias venceram no dia 29 de maio de 2012. Nesse dia, completaram-se os dez dias, e o Presidente tentou a





| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 9      |

constituição, o que não foi possível em função da ausência dos Parlamentares. Então, não há como convocar a eleição da comissão parlamentar de inquérito.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o próprio Regimento Interno fala que todos os atos que forem republicados, a data de republicação começa a contar novamente. Como esse ato foi republicado no dia 29, essa data começou a contar novamente. Então, o prazo venceria amanhã, no dia 13. Essa é uma interpretação com base no Regimento Interno. São dez dias úteis. Novamente, faço um apelo a V.Exa., para que realizemos a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da CPI imediatamente. Essa é a interpretação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Celina Leão, mais uma vez, vou indeferir a questão de ordem de V.Exa., para que possamos colocar um ponto final nisso. Primeiro, porque é uma questão de interpretação. Não existe, no Regimento Interno da Câmara Legislativa, artigo que diga que, a partir da republicação, o prazo passa a ser contado de novo. No dia em que eu encontrar isso no Regimento, aí, sim, vou acatar essa questão de ordem. Mas isso não existe.

O que existe é que houve o prazo, ele foi cumprido, o Presidente convocou a sessão para tentar instalar a Comissão e esse prazo foi vencido. Não houve uma republicação. É bom deixar isso claro aqui para os Parlamentares. Houve a publicação da convocação para a eleição no dia 6, às 15 horas. O ato não foi republicado. Quem acha que foi republicado está enganado. Os dez dias venceram. Os Deputados não se reuniram e o Presidente da Casa convocou a eleição. Como os membros não compareceram, a CPI não foi instalada. É muito simples. Mas os dez dias foram concluídos.

Agora, posso encaminhar essa questão, como fiz na Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde e na do DFTrans, à Procuradoria da Casa, não há nenhum problema. V.Exa. pode encaminhar por escrito, que eu encaminho ao Procurador e, assim que houver uma posição, devolvo a questão de ordem de V.Exa. Dessa forma, V.Exa. poderá acatar ou não a decisão da Presidência da Casa, da Procuradoria e poderá, é claro, entrar na justiça ou não. É um direito de V.Exa. e também da Oposição e das minorias. Mas não posso ir contra o Regimento Interno da Câmara Legislativa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para deixar claro. Eu até acato as ponderações de V.Exa. Porém, teremos que fazer uma correção. No Diário Oficial, está escrito: republicação por incorreção no original. Realmente está escrito que foi republicado. Então, há que se fazer uma correção na republicação.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 10     |

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Vou encaminhar a questão de ordem de V.Exa. para a Procuradoria. O prazo de dez dias venceu. A Procuradoria vai se manifestar, o parecer vai ser lido em plenário e vai ser encaminhado a V.Exa., que pode acatar ou não a posição da Presidência, mas neste dia de hoje esta questão está encerrada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – É questão de ordem sobre outro assunto, Deputada?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Não. É sobre o mesmo assunto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Então, V.Exa. pode pedir à assessoria, por gentileza, que encaminhe por escrito para a Procuradoria da Casa, senão nós vamos fazer um debate aqui a tarde inteira entre o ponto de vista de V.Exa. e o ponto de vista da Presidência. É melhor que a Procuradoria se posicione para que nós possamos esclarecer o fato.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Não, Sr. Presidente. Eu já falei para V.Exa. que não vou fazer, até porque o Regimento Interno fala que as questões de ordem têm que ser definidas aqui pelo Presidente, hoje, mas V.Exa. já negou.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não diz hoje. A questão de ordem tem que ser definida pelo Presidente. O Presidente dispõe de um órgão de assessoramento, que é a Procuradoria da Câmara, vinculada ao Presidente da Casa. Eu, na minha condição de Presidente, vou ouvir a Procuradoria. A Procuradoria vai se posicionar e, baseado no parecer da Procuradoria, eu vou fornecer a V.Exa. o resultado da questão de ordem, baseado no órgão que me assessora. Em nenhum lugar do Regimento Interno diz que o Presidente tem que dar o deferimento ou indeferimento no momento. Isso não está colocado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Não, Sr. Presidente, é só para deixar claro que não estou recorrendo do indeferimento de V.Exa. V.Exa. não necessita encaminhar para a Procuradoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu entendi, Deputada. Eu entendi. Vou encaminhar à Procuradoria, nós vamos receber um parecer e a questão de ordem vai ser solucionada no plenário.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista por cinco minutos. Só cinco, Deputado. Não são vinte, não. São cinco minutos.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, imprensa, eu gostaria de usar a tribuna hoje e parabenizar os meus colegas membros da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa.



| <b>Data</b>    | <b>Horário Início</b> | <b>Sessão/Reunião</b> | <b>Página</b> |
|----------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| 12   06   2012 | 16h05min              | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA  | 11            |

A Comissão, hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 800, de 2012, de minha autoria, que dispõe sobre a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental e médio, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Eu acredito que esse projeto de lei seja muito importante num país que ainda não consegue oferecer aos professores uma formação adequada.

Hoje, na nossa Comissão, o debate foi muito bom, um debate muito esclarecedor. Eu recebi um artigo da Deputada Arlete Sampaio de autoria de Pedro Bottino, que falava justamente que a ideia de descentralizar os conteúdos era uma boa ideia, mas essa ideia não compreendia que a formação do professor brasileiro ainda era inadequada para deixar a cargo dele toda a responsabilidade por definir o que os nossos estudantes tinham que aprender. Então, o projeto de lei determina que o Poder Público estabeleça quais são os conteúdos mínimos que os nossos estudantes têm que saber em cada período de sua formação. Isso, por incrível que pareça, ainda não é uma realidade nacional.

A justificativa do nosso projeto de lei trata de promoção da igualdade entre os cidadãos brasileiros. Esse projeto se baseia na proposta de emenda constitucional apresentada pelo Senador Cristovam Buarque, em que ele busca efetivar e concretizar o princípio constitucional da igualdade entre os cidadãos brasileiros por meio da educação. Por meio da fixação de conteúdos curriculares mínimos a serem ministrados nas escolas públicas e privadas do Distrito Federal, os cidadãos brasilienses não mais teriam a sua sorte selada a partir do seio da família que lhe desse à luz.

Eu queria destacar as palavras do Senador Cristovam quando ele justifica a proposição da PEC nº 48, de 2007, na qual ele diz: “Dói constatar que, no Brasil da educação entregue à sorte do município, nossas crianças tenham uma educação radicalmente diferente entre elas, como se fossem habitantes de países distintos. Em qualquer lugar do mundo, a escola é o instrumento de unificação e identidade nacional; no Brasil, no entanto, ela é um instrumento desagregador e diferenciador”. E nós constatamos que a escola no Distrito Federal, que é tão pequeno, é bastante desigual. Um estudante que provenha de uma escola pública modelo, por exemplo, tem uma formação muito superior à formação dos estudantes que vêm de escolas das nossas cidades mais humildes. E isso é permitir que o Estado mantenha uma situação de desigualdade que nós não podemos aceitar.

Essa proposta de estabelecimento de conteúdo mínimo vem em consonância com outro projeto de lei de minha autoria, que é o Projeto de Lei nº 263, de 2011, que dispõe sobre a padronização das estruturas físicas das escolas públicas do Distrito Federal. Ele tem o objetivo de estabelecer condições e critérios mínimos para que o estabelecimento possa receber a sagrada denominação de escola.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 12     |

Para mim, por exemplo, nobres colegas, uma escola em pleno século XXI não pode ser chamada de escola se não tiver biblioteca, se não tiver uma quadra poliesportiva coberta, se não tiver um laboratório de informática com acesso à internet e se não tiver um auditório de múltiplas funções.

Então, eu estou convencido de que quando o rico e o pobre frequentarem a mesma escola, a educação será realmente uma ferramenta de aproximação de nossas crianças, independentemente da classe social. Ela vai se erigir como um instrumento eficaz de isonomia de oportunidades para os cidadãos brasileiros.

Agradeço ao Deputado Washington Mesquita, à Deputada Arlete Sampaio, ao Deputado Robério Negreiros e também estava presente hoje a Deputada Eliana Pedrosa, por terem essa sensibilidade de entenderem que a escola tem que ser um instrumento de promoção da igualdade social no nosso país.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista. Ficou no tempo. V.Exa. seguiu à risca.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz aqui nesta tarde se trata em primeiro lugar de uma rápida consideração do momento político que a cidade está vivenciando.

No dia de amanhã, o Brasil terá o depoimento do Governador Agnelo Queiroz, o qual espera ser inquirido no que diz respeito à sua gestão no âmbito do Ministério do Esporte, da Anvisa e naturalmente agora na condição de Governador. O Governador está absolutamente cômico da sua responsabilidade, cômico de todo o trajeto da sua vida política que permeou esses três espaços da gestão pública, dois no âmbito federal e atualmente frente ao Governo do Distrito Federal .

Eu não tenho dúvida de que o Governador Agnelo vai saber enfrentar esse debate dentro do Congresso Nacional, até para demonstrar a toda a sociedade a sua absoluta tranquilidade com seus fatos pretéritos. É extremamente importante que seja naquela Casa. Eu usei esta tribuna aqui à época em que se debateu a questão da arguição do Governador Agnelo, no segundo semestre, frente ao Ministério do Esporte, frente à Anvisa, e disse que esse debate seria pertinente ao Congresso Nacional. Nós amanhã teremos essa oportunidade.

Eu entendo que o Brasil, este país, caminha a largos passos no sentido de conquistar o equilíbrio democrático, a devida fundamentação e o exercício da democracia por parte das instituições brasileiras. Esta Casa está exatamente nessa perspectiva. Sr. Presidente, a Câmara Legislativa tem se posicionado em vários debates. Hoje inclusive resgatei essa recente decisão que a Câmara Legislativa adotou com relação aos 14º e 15º salários, que foi vislumbrada em uma recente foto



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 13     |

divulgada, não sei se na *Folha de São Paulo* ou no *Correio Braziliense*, onde destaca o exemplo que a Câmara Legislativa adotou, recomendando que tal postura, essa posição política que a Câmara Legislativa adotou, pudesse ser acolhida no Congresso Nacional. E hoje, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, tivemos a oportunidade de fazer esse debate.

Sr. Presidente, eu queria trazer um segundo elemento em nosso debate no dia de hoje. Deputada Luzia de Paula, nós temos o PL nº 938, que trata de suplementação orçamentária na ordem de quase 23 milhões de reais, direcionada a três instituições no âmbito do complexo do GDF. Primeiro, ao Corpo de Bombeiros; depois, ao Fundo do Direito da Criança e do Adolescente, um montante próximo a 4 milhões e meio de reais. Quero destacar aqui, foi inclusive o motivo da minha ligação no dia de ontem para o Secretário de Transportes, a destinação de mais de 16 milhões de reais para a recuperação e pavimentação de vias no âmbito do Distrito Federal.

Deputado Patrício, é importante destacar, porque V.Exa. tem feito essa parceria conosco no que diz respeito à DF-180, que é uma das pistas de que está sendo prevista a sua restauração, V.Exa. acompanha esse debate na cidade do Gama, que essa restauração é extremamente relevante para Brasília.

Esse projeto, somente para se ter uma ideia, só na cidade de Planaltina, vai atingir a DF-355, a DF-320 e a DF-120. Também temos a questão da DF-290, que vem também tratar da duplicação da DF-047, a Epar, que está composta na previsão do PAC da Mobilidade e perfaz, inclusive, o projeto concernente à Copa de 2014. A DF-051, que é aquela do aeroporto e Lago Sul, tem uma previsão que está incluída nesse projeto que iremos apreciar nos próximos dias.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo à Casa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, eu quero me somar a V.Exa. nesse pronunciamento acerca desse projeto de crédito, visto que muitas vezes é muita criticada essa questão de crédito suplementar, o que vejo que não é tanto. Mas especificamente neste caso, temos que, inclusive, parabenizar o governo.

Não é segredo para ninguém, venho de uma área de Planaltina que tem a maior área rural do Distrito Federal e que hoje responde por 60% da produção agrícola do Distrito Federal, pela cidade de Planaltina, e esses investimentos trarão um benefício enorme para aqueles produtores, para aqueles agricultores. Além disso, Deputado Wasny de Roure, os benefícios não serão somente para aquela população, mas para todo brasileiro, para toda pessoa que depende e usufrui dos alimentos produzidos naquela região.



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 14     |

Então, quero aqui me somar a V.Exa. Sei que V.Exa. vai fazer um apelo no sentido da votação rapidamente desse crédito e quero desde já, de pronto, somar-me a V.Exa. E parabenizando, porque é uma resposta. Estivemos recentemente na Agrotab, na região de Tabatinga, em Planaltina, que é uma região que será beneficiada diretamente pela pavimentação da DF-355, com o entroncamento da DF-120 e da DF-320, e o Governador, quando esteve lá, justamente prometeu e disse que estava tudo ok para que fossem iniciados os trabalhos.

Então, esse crédito vem atender não só a uma promessa do Governador, mas também a um anseio de uma população que espera essa pavimentação há décadas. Esse pleito é algo muito importante e queremos nos somar a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Agradeço o aparte do Deputado Cláudio Abrantes.

Eu queria ainda fazer uma ponderação, Deputado Patrício, com relação a mensagens publicitárias que a Câmara tem divulgado. A Câmara Legislativa tem feito uma interessante e rica abordagem com relação às audiências públicas, sessões solenes, mas achei extremamente superficial a apreciação que ela deu às votações. E são as votações que geram um processo consequente e deliberativo dentro da sociedade.

Portanto, eu gostaria de fazer um apelo para que a própria Câmara pudesse se apropriar e se colocar como parceira desse debate das execuções do Poder Executivo. O Poder Executivo, por si só, não tem como operar se não passar pelo processo legislativo. E essa é uma demonstração de que há um projeto em curso, que a Câmara, naturalmente, ao se posicionar aprovando essa matéria, credencia-se perante a sociedade por estar trabalhando numa ação extremamente relevante, que é a revitalização, restauração e a própria pavimentação, por exemplo, da DF-190, que tem previsão no referido projeto de lei.

Eu queria concluir a minha fala, Deputada Arlete Sampaio, resgatando aqui um projeto que tem uma contribuição muito grande do Deputado Olair Francisco. Cito o nome do Deputado porque acho importante quando o Parlamentar se dedica, mesmo que a matéria seja de iniciativa do Poder Executivo, e esse é um projeto que está em curso. Nós votamos duas matérias nesta Casa, o chamado pró-atacadista, e há uma terceira versão da qual fui relator na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, onde procuramos readequar o projeto a partir de um diálogo mais aprofundando, mais consequente, com mais tempo de ponderação por parte da equipe técnica da Secretaria de Fazenda, como também do setor empresarial.

Faço esse apelo, Deputado Patrício, para que V.Exa., na qualidade de Presidente da Casa que tem patrocinado, acompanhado acordos, inclusive a questão recente da sessão solene de comemoração da agenda da Fibra, é extremamente importante destacar o projeto do pró-atacadista. Não é porque votamos duas





| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 15     |

matérias que não atenderam, que vamos deixar de apreciar. A Câmara tem esse papel, tem esse dever de readequar as matérias de acordo com a legislação.

Entendo que a principal modificação foi a readequação das alíquotas de ICMS de 7 a 12%, variando de acordo com os segmentos e os produtos a serem beneficiados. Uma vez isso sendo colocado e dando toda uma proteção para o não esvaziamento dos setores que já contribuem com o ICMS, nós estaríamos em condições de votar a matéria. O Relator na Comissão de Constituição e Justiça é o Deputado Chico Leite. Espero que a matéria seja apreciada o quanto antes, para que possamos apreciá-la em plenário. Eu faço um apelo em nome de todos os colegas, porque considero uma matéria extremamente relevante.

Por último – não sei se já esgotei o meu tempo, Sr. Presidente –, eu queria registrar a visita que eu e a Deputada Eliana Pedrosa fizemos à Secretaria de Saúde no dia de ontem, para discutir um projeto da Deputada Liliane Roriz que traz benefício a alguns segmentos de servidores da saúde, entre eles o pessoal que trabalha na lavanderia. Como é matéria de iniciativa do Poder Executivo, procuramos fazer essa tratativa ali, junto ao Secretário de Saúde e à Diretora de Recursos Humanos, e nos foram solicitados aproximadamente noventa dias para que eles pudessem concluir o trabalho de avaliação dessa política de benefício que foi concedida a alguns servidores, uma política segundo a qual poderia o servidor fazer jus a vinte dias de férias por semestre. A Secretaria, então, está apreciando a matéria.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wasny de Roure, eu gostaria de agradecer a V.Exa. e também à Relatora, Deputada Eliana Pedrosa — já estivemos hoje juntas. Eu achei muito interessante quando V.Exa. disse que esta não é uma luta que tem cor partidária. Fiquei muito feliz por isso, mesmo porque essas pessoas que estavam aqui hoje dedicaram a sua vida a esse trabalho. Eu achei muito boas a perspectiva e a esperança que V.Exa. deu a essas pessoas. São mais de trezentos servidores que estão na ansiedade de que isso se resolva.

Eu fiquei feliz por V.Exa. ter tido o discernimento de querer resolver o problema de uma categoria que vem sofrendo há muito tempo. O meu muito obrigada. Quero lhe dizer que isso realmente vai modificar a vida daquelas pessoas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Agradeço o aparte da Deputada Liliane Roriz.

Sr. Presidente, são essas as considerações que eu quero deixar registradas para que todos os colegas possam acompanhar. Também quero dizer à Deputada Liliane Roriz que, em todos os momentos em que tive oportunidade de debater, o fiz



| Data           | Horário Início | Sessão/Reunião       | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12   06   2012 | 16h05min       | 51ª SESSÃO ORDINÁRIA | 16     |

baseado numa leitura preliminar do seu projeto, que tramita na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e tem como relatora a Deputada Eliana Pedrosa.

São essas as considerações. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Na ausência da Deputada Eliana Pedrosa e da Deputada Celina Leão, concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz (Pausa).

Dou por encerrados os Comunicados de Líderes.

Dá-se início aos

Comunicados de Parlamentares.

Algum Parlamentar em plenário quer fazer uso da palavra? (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra e não havendo *quorum* regimental para deliberação, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h02min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 111 – Suplemento, de 26/6/2012, onde consta a íntegra dos expedientes lidos na sessão.